



11/12/2014 - Teletime

TIM volta a negar rumores de venda e reafirma compromisso de crescimento orgânico

Na manhã desta quinta-feira, 11, a TIM divulgou novo fato relevante na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para esclarecer mais uma rodada de rumores sobre uma possível venda da empresa para os demais players no Brasil, negando qualquer acordo ou mesmo oferta envolvendo a companhia. Em conversa com jornalistas, o presidente da operadora, Rodrigo Abreu, reafirmou o compromisso de crescer de forma orgânica: "Nosso plano principal independente de consolidação."

A TIM tem sido alvo de constantes especulações na imprensa sobre uma eventual proposta a ser feita pelos seus três competidores para fatiamento da empresa.

Na visão dele, o movimento de consolidação do mercado existe, mas não necessariamente envolve a TIM como alvo. "A empresa não é ingênua e olha o ambiente, não estamos imunes, mas não podemos ser passageiros". Ele ressalta que a operadora tem saúde financeira e operacional, com sustentabilidade econômica, e que o mercado brasileiro tem escala suficiente para comportar quatro players. "Algumas empresas são menores, mas o último player (a Oi) tem 20% de share, não é pouco", ressalta.

Abreu reconhece que há, sim, uma movimenta-

ção e que há também forte especulação no mercado, mas continua repetindo o mesmo discurso que já tem feito há mais de um ano: o interesse é de fazer avanço grande na infraestrutura, como a implantação de small cells e de fibra. A infra-óptica, ele afirma, já soma mais de 15 mil km sem contar a malha adquirida com a compra da AES Atimus em 2011.

"É inegável que tem possibilidade real de consolidação, e tem mudado, antes era só um player, daí ela foi em frente, fez movimento na Telecom Italia, e não aconteceu", diz, referindo-se à Telefônica. Abreu diz que a controladora italiana, inclusive, tem melhorado o desempenho nos últimos 12 meses, diminuindo a dívida e aumentando a capacidade de geração de fluxo de caixa, justificando que a empresa não teria interesse em se desfazer da operação brasileira.

Plano industrial

Rodrigo Abreu diz que as reuniões com a Telecom Italia ainda não terminaram para definir como ficarão os investimentos para o triênio 2015-2018. "O plano industrial ainda não foi fechado, vai acontecer a apresentação até o final do ano, e vamos divulgar em janeiro", declarou.



11/12/2014 - Telesíntese

TIM quer oferecer serviço 4G em 700 MHz nas olimpíadas 2016

A TIM acredita que as negociações no âmbito do EAD (Entidade Administradora da Digitalização), entidade que será criada para operar a limpeza da faixa de 700 MHz hoje ocupada pelas emissoras de TV, poderão levar à antecipação da entrada em operação do serviço 4G nesse espectro. “O prazo de 12 meses que foi estabelecido é o prazo máximo, mas podemos antecipá-lo”, observou Rodrigo Abreu, presidente da operadora. Inicialmente, a companhia trabalha com a possibilidade de estar com tudo pronto para a oferta do serviço durante as Olimpíadas 2016 que serão realizadas no Rio de Janeiro.

Para atingir esse objetivo, a empresa considera que o EAD terá um papel fundamental no processo de implantação do serviço 4G em 700 MHz. Tanto que na próxima semana deverá indicar o nome dos executivos que irão participar da entidade. “Teremos alguém com poder de decisão”, observou Mario Girasole, vice-presidente da TIM. Na prática, isso significa que há três pessoas que poderão ocupar o cargo, o próprio Girasole, Abreu ou Leonardo Capdville, recém contratado para assumir o papel de CTO da operadora.

Tanto na visão de Abreu quanto na de Girasole, os conflitos que estiveram presentes no processo de preparação do leilão de 700 MHz já diminuíram

significativamente. Isso deverá trazer mais facilidades para as empresas resolverem problemas técnicos para a limpeza da faixa, acreditam.

Abreu lembra que o fato de o bloco 4 não ter sido vendido, justamente o que tinha mais possibilidade de interferência com o espectro ocupado pelas emissoras, deverá facilitar as discussões técnicas. Girasole também ressaltou que outro possível conflito, o da convivência da TV analógica com sinais digitais em uma estrutura de co-canal, poderá ser contornado se houver um novo arranjo para os blocos de municípios. Resta ainda saber como será resolvida a questão da oferta de set top boxes, cujo volume não deve ser pequeno.

Abreu aposta ainda que as discussões no EAD poderão facilitar o caminho do compartilhamento de frequências, além da infraestrutura. “Teremos um papel muito importante no próximo ano que será o de fazer a EAD funcionar. E estamos falando de uma entidade que terá um orçamento de R\$ 3,6 bilhões”, ressaltou. A contribuição da TIM nesse processo será de R\$ 1,2 bilhão, quantidade semelhante à que será bancada pelas demais operadoras, Claro e Vivo. A expectativa é de que a entidade seja criada em um prazo de 90 dias.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação e Publicidade Ltda | Jornalistas Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

11/12/2014 - Teletime

Anatel quer mudar ritmo da redução das tarifas de interconexão móveis

A Anatel aprovou nesta quinta, 11, a consulta pública de uma proposta que altera a forma de pagamento de interconexão entre prestadoras com Poder de Mercado Significativo (PMS) e sem PMS no mercado móvel, inicialmente estabelecida no Plano Geral de Metas de Competição (PGMC).

O PGMC prevê que até 23 de fevereiro de 2015 vigoraria o bill and keep na proporção de 80%/20% no reparte das receitas das operadoras de celular. A partir dessa data, durante um ano, até fevereiro de 2016 portanto, a proporção muda para 60%/40% e depois disso passaria a vigorar o full billing.

O conselheiro relator da matéria, Rodrigo Zerbo-

ne, disse que o pedido de alteração partiu da Algar Telecom e da Nextel. O resultado da regra atual, explica ele, seria a queda na VU-M sem regularidade já que se daria um salto muito grande – de 80/20 para 60/40. A proposta colocada em consulta pública traz uma transição mais suave (conforme tabela abaixo) e posterga a entrada do full billing para 2019.

Até 23/02/2015: 80%/20%

De 24/02/2015 a 23/02/2016: 75%/25%

De 24/02/2016 a 23/02/2017: 65%/35%

De 24/02/2017 a 23/02/2018: 55%/45%

De 24/02/2018 a 23/02/2019: 50%/50%

A partir de 24/02/2019: full billing

11/12/2014 - Altamiro Borges

TV paga bate recorde de queixas

Depois os donos da mídia reclamam que os jovens estão deixando a telinhas da televisão para acessar a internet. Mas não adianta a choradeira. A televisão brasileira é uma desgraça total. Nas TVs abertas, a programação é um lixo - violência escancarada, dramalhões nas novelas, telejornais manipuladores. Já na TV por assinatura, os serviços são de péssima qualidade. Não é para menos que este segmento encerra o ano de 2014 como um dos líderes de queixas no Procon.

Segundo informa Keila Jimenez, da Folha, "há dois anos, a Agência Nacional das Telecomunicações (Anatel) cobrou das operadoras de TV por assinatura melhorias nos serviços prestados, uma vez que as reclamações de clientes do serviço só cresciam. Batendo a casa dos 19,6 milhões de assinantes no Brasil, as empresas de TV pagas terminam o ano entre as líderes de reclamações de consumidores no Procon.

No acumulado do ano, até o dia 8 de dezembro, o conglomerado Net/Claro/Embratel surge como vice-líder em reclamações no Procon-SP".

Em 2012, o Procon registrou 3.191 reclamações contra estas empresas - principalmente em função da cobrança de taxas abusivas. Em 2013, foram 3.509 casos. Em 2014, apenas no primeiro semestre, foram 2.195 casos. "A dificuldade para cancelar o serviço também é um problema recorrente", diz Marta Aur, assessora técnica do Procon. "Procurada, a Sky diz que vem adotando medidas para a redução no número de reclamações e que os resultados aparecerão nos próximos meses. A Net afirma que possui uma equipe dedicada aos casos do Procon e que tem obtido sucesso nos acordos com os clientes", informa a colunista. Alguém acredita que haverá melhoria dos serviços?



11/12/2014 - Carta Capital

Índice de riqueza inclusiva diz que Brasil cresceu só 2% em duas décadas

Crescimento do PIB no período de 1992 a 2010 foi de 40%. Além da produção de riqueza, cálculo alternativo considera também os capitais natural e humano de um país

O Brasil cresceu apenas 2% entre 1992 e 2010, segundo o Índice de Riqueza Inclusiva (Inclusive Wealth Index ou IWR), medido pelo Instituto Mahatma Gandhi de Educação para Paz e Desenvolvimento Sustentável, ligado à Unesco. Na medição do Produto Interno Bruto (PIB), a alta foi de 40%.

O relatório divulgado nesta quarta-feira 10, na Índia, leva em conta não apenas o crescimento da economia, como faz a medição do PIB, mas também o que chama de capital humano (nível de educação e formação da mão de obra) e capital natural (florestas e recursos naturais, por exemplo).

O índice foi criado em 2012 como uma alternativa ao Produto Interno Bruto e é calculado para 140 países. No cálculo final, o capital humano representa 23% do total, e o capital natural, 57%.

Segundo Lígia Costa, professora do Departamento de Fundamentos Sociais e Jurídicos da Escola de Administração de Empresas da FGV-SP, o índice mede de uma forma muito mais eficiente a qualidade de vida da população dos países analisados. "O PIB não mostra nenhum tipo de melhoria na qualidade de vida e é muito limitado", avalia.

No período analisado, a riqueza global inclusiva cresceu apenas 6%, considerando alterações no capital humano, no capital natural e no capital produzido, os três pilares da avaliação do IWR. A alta do PIB, que leva em conta apenas o desempenho econômico, foi de 50% em uma escala global.

Costa, que é uma das colaboradoras do estudo, considera que o desenvolvimento econômico e

sustentável não pode se basear só no PIB. "Apenas considerando o PIB, o Brasil chegou a ser a sexta economia do mundo, passando a Inglaterra, mesmo sem os investimentos necessários em educação e saúde", pontua.

De acordo com o relatório, 42 países que tiveram resultado positivo do PIB apresentaram desempenho negativo no índice medido pela Unesco, como Indonésia, Peru, Equador, Colômbia, Bolívia e Venezuela. O mau desempenho da economia, apesar dos ganhos de capital, se explica pelo níveis negativos de capital humano (educação, principalmente) e pelas perdas de recursos naturais.

Segundo o estudo, o aumento populacional e a escassez de recursos naturais influenciaram negativamente o crescimento da riqueza mundial. O documento destaca que o Brasil tem a segunda maior cobertura vegetal do mundo, com 56% do território cobertos por florestas, mas foi um dos países que mais perdeu capital natural, assim como Nigéria e Indonésia.

Para Partha Dasgupta, uma das responsáveis pelo Índice de Riqueza Inclusiva, o crescimento da economia global é "anêmico". Enquanto a economia da China teve um avanço de 523% entre 1992 e 2010, a riqueza inclusiva do país cresceu 47%.

"Esse relatório desafia a perspectiva restrita que é dada pelo PIB", afirmou Dasgupta. "Isso ressalta a necessidade de integrar a sustentabilidade à avaliação econômica e ao planejamento de políticas."